

# SERVITEC.COM

R. da CONCEIÇÃO PINTO - ME

A

Prefeitura Municipal de Navegantes - SC

Ilmo.(a) Sr.(a) Pregoeiro(a)

Processo nº 139/2015 PMN

Pregão Presencial nº 139/2015 PMN

Forma de Julgamento: Menor Preço por Item

Data de abertura: 27 de outubro de 2015, às 08:50 horas



SERVITEC.COM – R. DA CONCEIÇÃO PINTO – ME, empresa de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ nº 04.739.409/0001-85, com endereço na Av. Sete de Setembro, 5402, Sala 64, bairro Batel, Curitiba-PR, neste ato, representada por seu Proprietário *infra* assinado, vem respeitosamente à presença de Vossa Senhoria interpor:

## IMPUGNAÇÃO

Pelos fatos e fundamentos a seguir aduzidos:

A handwritten signature in the bottom right corner of the page.

---

## PRELIMINARMENTE

### DA TEMPESTIVIDADE DA IMPUGNAÇÃO

A sessão de abertura pregão está marcada para **terça-feira, dia 27 de outubro de 2015**, e considerando que Lei nº 10.520/02 nada dispôs a respeito do prazo de impugnação, portanto o tema na modalidade Pregão é regulado pelo art. 12 do Decreto nº 3.555/00, verbis "**Art. 12. Até dois dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do pregão.**"

Portanto, independentemente do item 8.1.1 do Edital em epígrafe, prever o prazo de 02 (dois) dias úteis anteriores a data de abertura, para interposição de impugnação, esta apresentada na data de hoje 23 de outubro de 2015 (sexta-feira) é **TOTALMENTE TEMPESTIVA PELO SEGUINTE FUNDAMENTO JURÍDICO:**

Em conformidade com a regra geral de contagem de prazos, contida no artigo 110 da Lei nº 8.666/93: "*Art. 110. Na contagem dos prazos estabelecidos nesta Lei, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento*", (que se aplica subsidiariamente ao pregão, nos termos do artigo 9º da lei nº 10.520/2002), ou seja, exclui-se o dia do começo 27/10 (terça-feira) e retroage-se 02 (dois) dias úteis, tem-se o vencimento do prazo no dia de hoje, sexta-feira, dia 23 de outubro de 2015.

Nesse sentido, o Tribunal de Contas da União, no Acórdão nº 1.871/2005 – Plenário, examinou a questão da contagem do prazo do pregão e exemplificou como ficaria no caso concreto:

**"1) a sessão pública do pregão estava marcada para 10.08.2005 (quarta-feira); 2) a impugnação foi apresentada perante o pregoeiro no dia 08.08.2005 (segunda-feira), que considerou intempestivo o documento; 3) entretanto o Tribunal reafirmou que o prazo estava correto."**

Entendimento no mesmo sentido se extrai do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, no acórdão proferido nos autos do processo nº 2006.01.1.001111-2, situação na qual parecer do ilustre Professor Celso Antônio Bandeira de Mello foi citado com o seguinte exemplo: "**Se a lei e o decreto dispõem que o prazo para impugnar se dará até o segundo dia útil anterior à data da sessão, tomando-se como exemplo uma licitação em que a data para**

# SERVITEC.COM

R. da CONCEIÇÃO PINTO - ME

**entrega das propostas seja dia 19, sem feriados na semana, o prazo final será obviamente o dia 17 e não o dia 16. Adotar esse último como prazo fatal implicaria contradição manifesta às normas pertinentes”..... (...)**

Assim, conforme entendimento contido nas decisões e citações doutrinárias acima colacionadas, a presente se mostra plenamente tempestiva, motivo pelo qual se requer sua apreciação.

## I – DOS FATOS

A Prefeitura Municipal de Navegantes, Estado de Santa Catarina, por meio do Pregão Presencial nº 139/2015, indicou a intenção de registrar preços visando aquisição de brinquedos recreativos devidamente instalados (quando for necessário), para atendimento aos centros municipais de educação infantil do município.

A sessão pública de abertura do Pregão será realizada no dia 27 de outubro de 2015, às 08:50 horas, Prédio Sede da Prefeitura Municipal, situado na Praça Cel. Brasílio Fonseca, nº 35, Centro, Guararema – SP.

Conforme os ditames legais, a Administração Pública só pode fazer ou deixar de fazer o que está previsto em lei, a licitação deve ser realizada em fiel conformidade com as disposições das Leis Federais nº 8666/93 e 10520/02, Lei Complementar nº. 123/06, as normas deste instrumento e demais legislação atinente à espécie.

Esta empresa visando participar do certame supracitado obteve o edital e em breve análise deste, foi de fácil constatação a existência de existências ilegais, que direciona grande parte dos itens a empresa e marca específica.

O Edital, composto por 12 (doze) itens, se encontra com 05 (cinco) destes direcionados ao fabricante/marca denominada “FRESO”, fato este que é vedado por lei.

Ao verificarmos a descrição dos itens, constatou-se que este município ao elaborar o edital, simplesmente descreveu as especificações e características de produtos exclusivos do fabricante/marca “FRESO”, conforme se pode facilmente comprovar, pelos catálogos em anexo e ainda por meio dos links abaixo relacionados:

Item 6 – Gangorra para 1 criança

Direcionamento para Freso, com descrição idêntica ao disponível no site:

<http://www.playgroundfreso.com.br/produtos/gangorra/gangorra-patinho-individual>

Item 7 – Gangorra para 2 ou 3 crianças

Direcionamento para Freso, com descrição idêntica ao disponível no site:

<http://www.playgroundfreso.com.br/produtos/gangorra/gangorra-patinho-dupla>

# SERVITEC.COM

R. da CONCEIÇÃO PINTO - ME

Vale ressaltar que neste produto a terceira criança brinca sem segurança, pois o brinquedo não dispõe de apenas dois pegadores.

## Item 8 – Escorregador

Direcionamento para Freso, na qual foi customizada a junção entre três produtos:

<http://www.playgroundfreso.com.br/produtos/petit-play/balanco-bebe-duplo>

<http://www.playgroundfreso.com.br/produtos/escorregadores/escorregador-curvo-pequeno>

<http://www.playgroundfreso.com.br/produtos/escorregadores/escorregador-reto-pequeno>

## Item 10 – Gol dobrável

Direcionamento para Freso, com descrição idêntica ao disponível no site:

<http://www.playgroundfreso.com.br/produtos/esportiva/gol>

## Item 11 – Gira-gira 4 lugares

<http://www.playgroundfreso.com.br/produtos/jardim/gira-freso>

No caso deste item 11 (gira-gira 4 lugares) apesar da descrição ser idêntica ao site da freso, as dimensões estão completamente equivocadas e em desacordo ao tipo do brinquedo mencionado.

Ora, se a intenção realmente é realizar um pregão para obtenção da proposta mais vantajosa, por meio da disputa entre os concorrentes, por que a descrição dos itens 06, 07, 08, 10 e 11 se encontra incontestavelmente direcionada ao fabricante “FRESO”?

Uma das principais finalidades do certame é a obtenção da proposta mais vantajosa, NÃO a restrição à participação, por meio de inserções direcionadoras, como as ora atacadas, pois um certame maculado como o presente, tem por consequência enormes prejuízos ao erário público.

A forma como se encontram dispostas as exigências no presente Edital no tocante a descrição dos itens a serem adquiridos, por estarem indiscutivelmente tendenciosas, direcionadas e restritivas, torna a seleção da proposta mais vantajosa algo inexistente, pois o direcionamento do certame e o cerceamento de participação se mostra CLARO E INQUESTIONÁVEL por meio da descrição inequívoca dos produtos do fabricante dos produtos FRESO.

Fato é que o presente certame se encontra eivado de vícios que o direcionam e afrontam princípios básicos como legalidade, isonomia, impessoalidade, moralidade, igualdade e da probidade administrativa.

✓

# SERVITEC.COM

R. da CONCEIÇÃO PINTO - ME

Se a prefeitura quer tanto comprar produtos exclusivos, de produção única do fabricante "FRESO", por que não realiza uma inexigibilidade de licitação, ao invés de utilizar estes para lesar o erário público, por meio de um pregão no qual impossível haver concorrência?

Tentar adquirir por meio de pregão, produtos de um fabricante exclusivo, além do direcionamento claramente instituído é também fraude a licitação e caso de polícia, pois qualquer disputa que vier ocorrer, não passaria de mero teatro.

No presente termo de referência, parte integrante do presente edital, se vê um caso claro do interesse particular tentando prevalecer sobre o interesse público.

Frise-se, que da forma como se encontra direcionado o edital, quem determinará o vencedor do certame, será o particular (fabricante FRESO), pois somente poderá vencer e/ou entregar os objetos licitados, em total conformidade com o exigido, os próprios fabricantes, ou a quem estes concederem a exclusividade e/ou até mesmo o preço diferenciado para aquisição de seus produtos, influenciando diretamente no resultado do certame.

Diante da situação ora mencionada, inevitável questionar se o que deve prevalecer é o interesse público ou o privado?

No presente caso, em razão da descrição contida no caderno convocatório, todos os indícios apontam para um certame fraudulento, direcionado, que visa beneficiar nos itens retro mencionados, exclusivamente o fabricante FRESO e/ou quem o representar.

Não se pode deixar de destacar, que o termo de referência do presente edital foi elaborado de forma a beneficiar os produtos dos fabricantes "FRESO", ao invés de ser elaborado com foco na finalidade a que se destinam os brinquedos ora impugnados.

Se ao invés de direcionar por meio de medidas, detalhes e especificações que somente beneficiam e restringem totalmente a aquisição ao fabricante mencionado, o edital tivesse sido elaborado em cima da finalidade dos brinquedos, certamente EXISTIRIA CONCORRÊNCIA, o que não há da forma que se encontra, e consequentemente a administração pública teria um processo lícito, e calçado nos princípios que o rege.

## II - DO FUNDAMENTO LEGAL:

A modalidade de licitação para quem pretende adquirir produtos específicos, como os retro descritos, NÃO É PREGÃO, senão vejamos o que dispõe a LEI 10520/2002:

Art. 1º Para aquisição de bens e serviços comuns, poderá ser adotada a licitação na modalidade de pregão, que será regida por esta Lei.

Parágrafo único. Consideram-se bens e serviços comuns, para os fins e efeitos deste artigo, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.

# SERVITEC.COM

R. da CONCEIÇÃO PINTO - ME

Observa-se que a lei não permite a realização de pregão para aquisição de produtos exclusivos.

No presente caso, o Edital está claramente direcionado, limitando a participação, e beneficiará uma ou outra empresa específica, que já sabe que ao final do processo, independente de quantas participem, será(ão) a(s) única(s) capaz(es) de entregar os produtos específicos do fabricante "FRESCO", o que é totalmente vedado por lei.

A lei é clara ao taxar que o pregão destina-se a aquisição de bens e serviços comuns e ainda esclarece quais assim são considerados, o que não é o caso das especificações dos itens atacados.

Além da ilegalidade acima descrita, pela qual o Município tenta comprar material direcionado por meio de Pregão, há ainda a afronta a Lei 8666/93, pois vejamos o que esta dispõe sobre a inserção de descrição que direciona e restringe a participação.

Assim dispõe a legislação e a orientação doutrinária:

- Lei 8.666/93

Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

§ 1º É vedado aos agentes públicos:

I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato;

Art. 44 (...)

§ 1º É vedada a utilização de qualquer elemento, critério ou fator sigilo, secreto, subjetivo ou reservado que possa ainda que indiretamente elidir o princípio da igualdade entre os licitantes.

- A CONSTITUIÇÃO FEDERAL DO BRASIL DE 1988, exemplifica:

Av. Sete de Setembro, 5402, CJ 64, bairro Batel, Curitiba – PR, CEP 80.240-000  
CNPJ 04.739.409/0001-85 e-mail: [servitec.comercial@hotmail.com](mailto:servitec.comercial@hotmail.com) Fone: (41) 3079-0144

✓



Art. 37. A administração pública direta, indireta ou fundacional, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e, também, ao seguinte:

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

- A DOUTRINA:

“O princípio da igualdade implica o dever não apenas de tratar isonomicamente todos os que afluírem ao certame, mas também o de ensejar oportunidade de disputá-lo a quaisquer interessados que, desejando dele participar, podem oferecer as indispensáveis condições de garantia. É o que prevê o já referido art. 37, XXI, do Texto Constitucional. Aliás, o § 1º do art. 3º da Lei 8.666 proíbe que o ato convocatório do certame admita, preveja, inclua ou tolere cláusulas ou condições capazes de frustrar ou restringir o caráter competitivo do procedimento licitatório (...)”.

Como se pode observar a Lei e a Doutrina são uníssonas e claras no tocante a igualdade que deve existir entre os participantes, não se tolerando qualquer tipo de inserção no caderno convocatório que venha frustrar e afrontar o princípio da ampla concorrência e da escolha da proposta mais vantajosa.

Tendo em vista, que atualmente no mercado existem vários fabricantes dos produtos que o Município de Navegantes pretende adquirir, por que publicar um edital com especificações incontestavelmente direcionadas aos produtos do fabricante FRESO?

O município tem algum interesse particular na aquisição dos produtos do fabricante FRESO?

ASSIM, É PATENTE QUE O EDITAL COM AS EXIGÊNCIAS ORA ATACADAS, E NA FORMA QUE SE ENCONTRA, TEM CONDÃO ÚNICO E EXCLUSIVO DE BENEFICIAR OS PRODUTOS DE FABRICAÇÃO EXCLUSIVA DA EMPRESA FRESO, POIS SOMENTE QUEM OFERECER PRODUTO DO REFERIDO FABRICANTE ATENDERÁ AO EXIGIDO EM EDITAL, FATO QUE DEMONSTRA TOTAL DIRECIONAMENTO.



# SERVITEC.COM

R. da CONCEIÇÃO PINTO - ME

PORTANTO, PROSEGUIR COM A ABERTURA DO PREGÃO, SEM SANAR OS VÍCIOS ORA APONTADOS, SE MOSTRA COMO ATO ILEGAL E PASSÍVEL DE NULIDADE A QUALQUER TEMPO, BEM COMO, A RESPONSABILIZAÇÃO DE TODOS OS AGENTES ENVOLVIDOS.

## III – DO PEDIDO

a) Estando o Edital em desacordo com as Leis 10.520/02 e 8.666/93 e alterações, REQUER que seja o mesmo cancelado e republicado escoimado dos pontos que o maculou.

b) Caso Vossa Senhoria não concorde com o ora requerido, encaminhe esta Impugnação à autoridade superior para cumprimento do rito estabelecido na lei pertinente.

Assim, pelo exposto, a ora impugnante REQUER, em razão do princípio da LEGALIDADE, que conheça desta IMPUGNAÇÃO, dando-lhe provimento, provendo as alterações necessárias e já descritas anteriormente neste edital.

Isto por ser questão de direito e de Justiça.

Termos em que:

Pede e aguarda deferimento.

Curitiba, 23 de outubro de 2015.

  
**Ronilson da Conceição Pinto**  
OAB/PR 43852